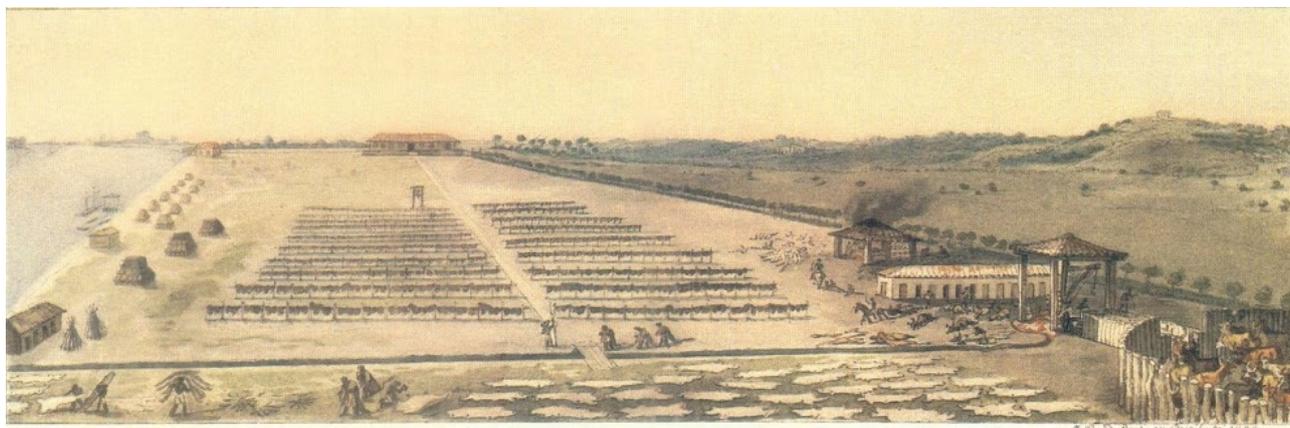


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISCIPLINA DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA I
PROFESSORA PATRÍCIA MARINHO DE CARVALHO**

Rudinei Telier de Freitas

**NÃO HÁ IGUALDADE, NEM NA MORTE,
NA CIDADE DE PELOTAS E REGIÃO.**

**ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
UM TRABALHO COLABORATIVO**



**PELOTAS, RS, BRASIL
2019**

RESUMO

A cidade de Pelotas tem historicamente manifestado orgulho de suas origens e da marcante influência europeia que moldou sua identidade, evidenciada pelas vastas fortunas acumuladas e pelo notável patrimônio histórico que preserva. Entretanto, observa-se de forma recorrente uma tendência a negligenciar a relevância da contribuição dos negros escravizados ou libertos em sua formação, limitando essa participação a uma narrativa simplificada que associa a presença negra exclusivamente à cultura do charque. Esse posicionamento revela uma resistência em reconhecer o papel fundamental que a mão de obra negra desempenhou na construção tanto da opulência material quanto do rico legado imaterial que caracteriza a cidade.

A invisibilização contínua, nas narrativas históricas locais, silencia as vozes e apaga a relevância do povo negro escravizado, perpetuando esse apagamento mesmo após sua morte. Vale destacar que sem o trabalho árduo e essencial das populações negras e desfavorecidas, Pelotas jamais teria alcançado o status simbólico de "Princesa do Sul", tão enaltecido em sua trajetória histórica. Revisitar essa perspectiva é indispensável para compreender plenamente a contribuição afro-brasileira na construção dessa cidade.

Por meio da análise de documentos históricos que retratam a formação de Pelotas, o desenvolvimento de seu vasto patrimônio histórico-cultural e os registros relacionados aos sepultamentos, somada ao estudo dos cemitérios ainda existentes na cidade — São Francisco de Paula e Boa Vista — busca-se lançar luz sobre o apagamento da importância da "história negra". Essa história permanece marginalizada até hoje, ocultando o fato de que Pelotas pode ser considerada uma das cidades com maior representatividade negra no estado do Rio Grande do Sul.

Estudos realizados por historiadores, antropólogos e arqueólogos, a partir de diferentes abordagens, evidenciam as desigualdades presentes nas narrativas históricas oficiais. Essas disparidades tornam-se claras ao comparar o silêncio que envolve a história dos escravizados após a abolição com a constante valorização da memória de figuras de destaque em âmbito local.

Para a nossa pesquisa, fica evidente uma abordagem discriminatória ao examinar os dois cemitérios e os esforços direcionados à preservação e conservação de suas respectivas histórias.

PALAVRAS CHAVES: Charqueadas; Princesa do Sul; Cemitérios;

RESUMEN

La ciudad de Pelotas ha expresado históricamente su orgullo por sus orígenes y la significativa influencia europea que moldeó su identidad, evidenciada por las vastas fortunas acumuladas y el notable patrimonio histórico que conserva. Sin embargo, existe una tendencia recurrente a ignorar la importante contribución de las personas negras, tanto esclavizadas como liberadas, a su formación, limitando esta participación a una narrativa simplificada que asocia la presencia negra exclusivamente con la cultura del jerked beef. Esta postura revela una resistencia a reconocer el papel fundamental que la mano de obra negra desempeñó en la construcción tanto de la opulencia material como del rico legado intangible que caracteriza a la ciudad.

La continua invisibilidad en las narrativas históricas locales silencia las voces y borra la relevancia de las personas negras esclavizadas, perpetuando esta omisión incluso después de su muerte. Cabe destacar que sin el arduo y esencial trabajo de las poblaciones negras y desfavorecidas, Pelotas nunca habría alcanzado el estatus simbólico de "Princesa del Sur", tan elogiado a lo largo de su historia. Reconsiderar esta perspectiva es esencial para comprender plenamente la contribución afrobrasileña al desarrollo de la ciudad. A través del análisis de documentos históricos que describen la formación de Pelotas, el desarrollo de su vasto patrimonio histórico y cultural, y los registros funerarios, junto con el estudio de los cementerios que aún quedan en la ciudad —São Francisco de Paula y Boa Vista—, buscamos arrojar luz sobre la pérdida de importancia de la "historia negra". Esta historia permanece marginada hasta el día de hoy, eclipsando el hecho de que Pelotas puede considerarse una de las ciudades con mayor representación negra en el estado de Rio Grande do Sul.

Estudios realizados por historiadores, antropólogos y arqueólogos, utilizando diferentes enfoques, resaltan las desigualdades presentes en las narrativas históricas oficiales. Estas disparidades se hacen evidentes al comparar el silencio que rodea la historia de las personas esclavizadas tras la abolición con la constante valorización de la memoria de figuras prominentes a nivel local.

En nuestra investigación, se evidencia un enfoque discriminatorio al examinar los dos cementerios y los esfuerzos dirigidos a preservar y conservar sus respectivas historias.

Índice

1- INTRODUÇÃO.....	1
1.1 - A escravidão nas charqueadas pelotenses.....	3
1.2 - O saneamento da cidade de Pelotas.....	4
3 - OS SEPULTAMENTOS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	6
4 - CEMITÉRIOS DE PELOTAS.....	10
5 - OS ATUAIS CEMITÉRIO.....	18
5.1 - São Francisco de Paula.....	18
5.2 - Cemitério Da Boa Vista.....	20
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

1- INTRODUÇÃO

Até 1777, a produção de carne conservada com sal e exposição ao sol era exclusividade do Nordeste brasileiro. No entanto, um evento significativo alterou essa dinâmica: o extermínio dos indígenas Guaranis dos Sete Povos das Missões e a expulsão dos missionários jesuítas que promoviam a criação de um grande número de bovinos. Com a partida desses missionários, os animais foram abandonados e se reproduziram em grande quantidade, originando o chamado gado xucro, ou cimarrón.

Essa situação atraiu a atenção dos bandeirantes, que passaram a explorar o território do atual Rio Grande do Sul com um objetivo distinto: capturar mulas e bovinos para comercializá-los em feiras paulistas, como as realizadas em Sorocaba, diferentemente da busca tradicional por escravizar indígenas ou por metais preciosos.

Em 1779, ganha destaque a chegada de José Pinto Martins à cidade de Rio Grande. Natural de Aracati, no Ceará, o jovem português de 22 anos foi uma figura relevante na consolidação econômica regional. As charqueadas surgiram especialmente nas margens dos arroios Pelotas, Santa Bárbara, Moreira e do canal São Gonçalo. O gado, proveniente da Campanha Rio-grandense, era levado até Pelotas através do Passo do Fragata e comercializado na Tablada, um espaço destinado aos remates localizado na área das Três Vendas.

A produção das charqueadas costumava reunir uma média de 80 escravizados para as atividades de salga. Fora desse período, esses trabalhadores eram realocados para funções complementares, como serviços em olarias nas próprias charqueadas, trabalhos de derrubada de vegetação ou cultivo de alimentos como milho, feijão e abóbora em pequenas propriedades agrícolas da Serra dos Tapes, onde atualmente estão as colônias e a região da Cascata em Pelotas.

De acordo com o relato do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire em 1820, existiam 22 charqueadas na região. Esse número subiu consideravelmente ao longo das décadas, alcançando 38 estabelecimentos em 1873, conforme indicado em um relatório oficial da Presidência da Província. O charque produzido tinha um papel crucial na alimentação dos escravizados que trabalhavam tanto nas minas de ouro em Minas Gerais quanto nas plantações de cana-de-açúcar da América Central e América do Sul.

No livro "Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (1809)",

de autoria do comerciante inglês John Luccock, o autor relata:

“[...] A planície de São Gonçalo, que pouco após atravessávamos, é um trecho plano de terras de pastagem. [...] O rio que dá seu nome a essas planícies forma a comunicação entre as Lagoas Mirim e dos Patos, desaguando no porto de Rio Grande. O Rio São Gonçalo é quase tão largo quanto o Tâmisia em Londres. [...] Uma vez transposto o São Gonçalo, encontra-se, rumo ao norte e entre o Passo dos Negros e a Lagoa dos Patos, uma vasta extensão de terreno pantanoso, formado pela acumulação dos sedimentos de muitas eras[...]. Em meio a estes atoleiros existem várias casas e algumas estâncias, entre as quais a Fazenda de Pelotas, que se diz ocupar dez léguas quadradas [...] sua casa é ampla, situada em terras elevadas por detrás do paul (pântano). [...] É toda caiada de branco e, tendo por fundo espessas matas, forma um objeto grandioso quando contemplada do rio. [...] Nossa rota ficava mais para o ocidente, através de uma região essencialmente diversas da margem oriental do São Gonçalo. Em lugar de areiões, em parte consolidadas pela ação do tempo e transformados em cômoros de aluvião, encontramos uma região de superfície gentilmente variegada e com solo rico de argila que produz abundantemente a espécie de relva de folhas largas que no Brasil se chama grama. [...]”

Em 1812 Pelotas atinge a condição de freguesia, passando a chamar-se Freguesia de São Francisco de Paula, desligando-se da Freguesia e Matriz de São Pedro, em Rio Grande.

João Caetano da Silva Coutinho Bispo Capelão-Mór (13 de fevereiro de 1768 - Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1833), em 1815, escreveu:

“[...] A igreja era uma barranqueta de tijolo, nova e ainda inacabada, o que não importa, porque para receber todo o povo, que já anda por mais de 4.000 almas e cedo subirão muito mais, precisa-se de uma grande igreja[...]

Entre os anos de 1813 e 1814, começaram a ser erguidos os primeiros edifícios ao redor da igreja, com casas feitas de tijolos, cobertas por telhas, quintais delimitados por taipas e cultivados com hortaliças e algumas flores. As vias eram de chão batido, compondo o começo da paisagem local. Nesse período, além das casas, foi construída a pequena igreja que serviria como abrigo para a imagem de São Francisco de Paula.

Em 7 de abril de 1832, a freguesia alcançou o status de Vila, emancipando-se administrativamente de Rio Grande. Pelotas foi elevada à condição de cidade em 1835, junto com Rio Grande, através da Lei nº 5, datada de 25 de junho daquele mesmo ano (Magalhães, 1993).

SAINT-HILAIRE em “Viagem ao Rio Grande do Sul” (p. 70), primeira edição francesa de 1887, escreveu:

“[...] A frente da Igreja, havia um vasto terreno que serviria de praça da povoação e, aos fundos, um outro terreiro que era destinado ao cemitério. Fechado o Cemitério de Santa Cruz, que a Irmandade do Santíssimo e Padroeira tinha a seu cargo[...]

Durante o século XIX, muitos moradores de maior poder aquisitivo, especialmente os charqueadores, estabeleceram suas residências na cidade. A prática da charqueada, sazonal por natureza, ocorria entre os meses de novembro e abril ou maio, período em que o sol era mais intenso e adequado para a secagem da carne. Por conta da curta temporada de trabalho, os charqueadores tinham longos intervalos de lazer, o que levou ao desenvolvimento de uma incipiente vida social e cultural. Esses momentos de interação eram vivenciados tanto nos interiores dos sobrados quanto no teatro local, inaugurado em 1833.

Apesar da prosperidade econômica trazida pela atividade, a cidade enfrentava sérios problemas sanitários, não restritos às zonas das charqueadas. Fatores como alta umidade, terrenos alagadiços, frio e ventos intensos contribuíam para a disseminação de diversas doenças. Além disso, a abundância de áreas pantanosas favorecia o crescimento da população de insetos, que frequentemente invadia as moradias. Conforme descrito por Gutierrez (2004), apenas metade da carne dos animais abatidos era aproveitada, sendo o restante descartado de forma inadequada. Isso resultava em poluição considerável das águas e do solo da região. Vários indicadores dessa degradação podiam ser observados, como cercas feitas com ossos e riachos saturados de resíduos orgânicos, incluindo sangue e vísceras dos bois.

Em seu livro, Saint-Hilarie, o autor escreve:

“[...] A região, que venho descrevendo, e que se estende entre o rio Pelotas, o rio São Gonçalo e a paróquia de São Francisco de Paula, pertence a charqueadores, e as casas das quais já falei são as suas habitações. Não podiam escolher local mais favorável, pois aí recebem, sem nenhuma dificuldade, os animais criados nas gordas pastagens situadas ao sul do Jacuí e, em seguida, embarcam a carne-seca e os couros através dos rios Pelotas e São Gonçalo. Há entre eles homens riquíssimos... Os homens que encontrei estavam trajados com asseio, e há várias lojas sortidas com mercadorias de toda a qualidade.[...]”

O autor ainda descreve:

“[...] os habitantes desta capitania são ricos e não ambicionam senão enriquecer mais; sua fortuna, porém, pouco contribui para lhes tornar mais agradável a existência; nutrem-se mal e não conhecem nenhum divertimento honesto...[...] A mesa do meu hospedeiro é farta; principalmente a carne de vaca aí se apresenta sob as mais variadas formas; entretanto comemos pão e bebemos vinho. Nas charqueadas os negros são tratados com muito rigor. O Sr. Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões. Há sem pre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão[...] Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos

para poder dormir; não é esta casa a única onde há este desumano hábito de se ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se...[...]"

1.1 - A escravidão nas charqueadas pelotenses

De acordo com ROSA (2012, p.60):

"[...] O sistema produtivo das charqueadas exigia um trabalho pesado sob um ritmo acelerado e condições insalubres. O período de safra ocorria nos meses mais quentes do ano, centenas de rezes eram abatidas e manufaturadas diariamente e os escravos passavam mais de 16 horas no serviço da charqueada. Diante deste cenário assombroso, nem mesmo os homens mais pobres aceitavam trabalhar nas charqueadas. Em vista disso, a historiografia aponta que a escravidão foi essencial para o funcionamento da atividade saladeril em Pelotas, pois apenas os escravos se submetiam a essas atividades, justamente por não ter o direito de escolha (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; SANTOS, R., 1991)[...]"

A autora ainda descreve, que:

[...]Este elevado número de escravos que trabalhavam nas charqueadas era, em sua maioria, do sexo masculino. Todas as pesquisas realizadas apontam que em média mais de 70% dos cativos eram homens, isso porque as charqueadas exigiam a mão de obra masculina, por esta ser mais forte e resistente para enfrentar o trabalho pesado da produção de charque.[...] As fugas eram mais frequentes entre os trabalhadores das charqueadas, pois a produção de charque era a atividade mais degradante à qual o escravo estava submetido. Mello (1994) aponta que o período com o maior índice de fugas era de novembro a maio, ou seja, durante os meses de safra das charqueadas.[...]"

Era horrenda a realidade dos trabalhos dos escravizados, obrigados a labutar cerca de 16 horas por dia, de pés descalços, suscetíveis à umidade do ar muito grande, na beira dos arroios e canais; muitos acabavam não chegando à média de expectativa de vida, que era de 5 a 7 anos de trabalho efetivo.

1.2 - O saneamento da cidade de Pelotas

No século XIX, as condições sanitárias da cidade eram extremamente precárias, e isso não se restringia apenas à zona das charqueadas. O clima era marcado pela umidade intensa, terrenos alagadiços, frio constante e ventos que, juntos, contribuíam para a disseminação de inúmeras doenças. Além disso, os terrenos encharcados e pantanosos facilitavam a proliferação de insetos que invadiam as casas. Conforme Gutierrez (2004), uma parte significativa de cada animal abatido acabava sendo descartada, contaminando as águas e os solos da região. Era comum encontrar cercas feitas de ossos, enquanto os riachos se

transformavam em corredores poluídos por sangue e vísceras de bois.

A cidade, situada relativamente próximo à região da matança, vivenciava nos anos 1870 um paradoxo visível: “a área urbana crescia, modernizava-se, a população urbanizava-se. Ao mesmo tempo, era invadida pelos cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das vísceras deterioradas, dos ossos carbonizados, das nuvens de moscas e de fumaças das gorduras fervidas na zona fabril” (Gutierrez, 2004, p.144). Todos os viajantes que ali chegaram reportaram essa mesma situação: a existência

A questão do saneamento de Pelotas ganhou importância a partir da epidemia do cólera morbo ocorrida em 1855. O flagelo iniciou-se pelas charqueadas, onde as condições de higiene dos escravos eram mínimas e rapidamente propagou-se para a cidade (então com cerca de 7.000 habitantes) através dos cursos d'água. A consequência principal desta epidemia foi a construção do novo cemitério distante do centro, que, combinada com um maior controle da origem dos alimentos consumidos, com a centralização das matanças e do abastecimento em equipamentos públicos (Matadouro e Mercado), constituíram o que podemos denominar os “antecedentes higiênicos” na cidade.

Segundo FUNDAÇÃO (1986, p.50), “[...] No início de seu desenvolvimento e ainda fazendo parte de Rio Grande, quase metade da população de Pelotas era escrava (1.126 escravos para 2.419 livres, dos quais, apenas 712 eram brancos, 105 indígenas e 232 livres)[...]”

Segundo LONER, LORENA e SCHEER (2012, p.133-152):

“[...] A expressão ‘livre’ só tem sentido se aplicada a negros ou índios, uma vez que os brancos eram livres por definição. Ademais, se somarmos esses grupos, encontraremos 64,11% de indivíduos afrodescendentes.

Acrescentem-se a eles os indígenas, e veremos que os brancos estavam em minoria. Desse total, foram retirados os recém-nascidos, contados à parte. Desse modo, pode-se inferir que se distribuiriam de maneira semelhante entre os vários estratos e, portanto, não alterariam a proporcionalidade.[...]”

De acordo com o censo de 1872, Pelotas possuía 21.756 habitantes em seu núcleo e mais 2.747 na paróquia de Santo Antônio da Boa Vista.

De acordo com FUNDAÇÃO(1986, p.82):

“[...] só a partir de 1873 se tem dados mais seguros sobre o total dos cativos, provindos dos resultados da matrícula de escravos, sistema de cadastramento obrigatório de todos os indivíduos escravizados do país, implantado pela Lei do Ventre Livre. Por meio desse instrumento, todos os

senhores de escravos deveriam matriculá-los e pagar uma taxa anual, sob pena de perder sua propriedade, uma vez que seriam considerados livres, caso não fossem matriculados[...].”

De acordo com LONER, LORENA e SCHEER(2012),

“[...]Os dados trazidos pelos jornais, referentes à implantação desse sistema, confirmam que Pelotas era a cidade do Rio Grande do Sul com o maior número de cativos, ou seja, às vésperas da campanha de emancipação de 1884 possuía 6.526 escravizados, enquanto a capital do estado, Porto Alegre, tinha 5.790. Já as cidades próximas, Rio Grande e Canguçu, que faziam parte do polo charqueador, contavam com 2.345 e 2.080[...].”

A condição dos escravos era emblemática dos problemas de saúde enfrentados naquele período. Além de serem acometidos pela tuberculose, a enfermidade mais letal da época, eles sofriam com maus-tratos que os privavam de qualquer alívio quanto às duras exigências do trabalho. Mesmo diante de doenças graves, não recebiam a compaixão que geralmente se manifestava em relação às pessoas livres.

Os jornais frequentemente abordavam questões relacionadas à saúde de indivíduos sem mencionar diretamente a doença, especialmente se fosse contagiosa. No entanto, quando se tratava de escravos, não havia qualquer preocupação em evitar o estigma ou o preconceito associado às enfermidades.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo dos cemitérios abrange uma investigação interdisciplinar que contempla a história, a cultura, a religiosidade, a arquitetura, a gestão ambiental e as práticas funerárias vinculadas a esses espaços. Esses locais são compreendidos não apenas como áreas de repouso e memória, mas também como manifestações da identidade social e cultural de determinada comunidade. Para uma exploração aprofundada desses múltiplos aspectos, emprega-se uma combinação de métodos analíticos, incluindo levantamentos bibliográficos, observações diretas por meio de visitas in loco e entrevistas, visando à construção de uma compreensão abrangente e fundamentada.

Pesquisas conduzidas por historiadores, antropólogos e arqueólogos, por meio de diferentes perspectivas, apontam para as desigualdades que permeiam as narrativas históricas oficiais. Essas diferenças ficam evidentes ao contrastar o silêncio

em torno da trajetória dos escravizados após a abolição com a contínua exaltação das memórias de personalidades de destaque no contexto local.

, Bellomo (2000) chama atenção também dos historiadores para o fato de que:

(...) ao longo tempo as sociedades humanas estão em constante transformação e os cemitérios constituem-se vestígios a céu aberto que propiciam aos historiadores interpretações históricas dessas sociedades. São fontes escritas e não escritas para a reconstrução do passado, pois viabilizam a compreensão das relações sociais que se desenvolvem continuamente dentro de determinado grupo social(...).

Inspirado nesse pensamento de Bellomo (2000), esse estudo busca em uma pesquisa qualitativa, apoiados pela Antropologia, a Arqueologia e da História, encontrar vestígios dos corpos negros de pessoas escravizadas ou mesmo livres, durante o período das charqueadas em Pelotas, RS.

Nosso objetivo é compreender e identificar possíveis vestígios, considerando o número significativo de cemitérios que Pelotas teve ao longo do período histórico de suas charqueadas. A investigação abrange tanto a análise de documentações quanto visitas e esforços para localizar "restos funerários" em diversos locais indicados como antigos cemitérios, buscando esclarecer o destino final dos corpos de pessoas sequestradas e escravizadas, que contribuíram, enormemente, para o desenvolvimento da cidade de Pelotas.

3 - OS SEPULTAMENTOS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

Uma irmandade influente entre as elites brasileiras se estabeleceu no sul do continente e desempenhou um papel relevante na fundação da Freguesia de São Francisco de Paula, atualmente conhecida como a cidade de Pelotas. Fundada em 1812, a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi responsável pela gestão das necrópoles existentes de 1812 a 1855.

A partir desse período, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia assumiu essa função, consolidando sua autoridade sobre as decisões relacionadas aos sepultamentos no cemitério oitocentista que administrava. Além disso, passou a exercer atividades religiosas, como o registro de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos.

Para assegurar os serviços necessários aos funerais dos moradores da freguesia e dos membros da ordem religiosa, foi construído o primeiro campo santo no ano da criação da freguesia. Localizado próximo à capela, mas ligeiramente afastado do núcleo populacional, o cemitério ficava no cruzamento das atuais Rua Almirante Barroso e Avenida Bento Gonçalves (antigas Rua das Flores e Rua do Passeio Público). Conhecido como Cemitério da Santa Cruz, recebeu os corpos dos falecidos da freguesia entre 1812 e 1819.

A administração da necrópole proporcionou à Irmandade do Santíssimo Sacramento uma fonte de receita para além das contribuições de seus membros. Isso permitia que os rituais funerários fossem realizados conforme os desejos do falecido ou de sua família, garantindo que as práticas fossem adequadamente respeitadas. Ela recebia doações e pagamentos pelos serviços prestados. O poder da associação religiosa abrangia assim as duas fases da existência de uma pessoa, a vida e a morte. Sem a presença de outras irmandades na freguesia, não havia nada que impedisse a do Santíssimo de determinar como e onde ocorreriam as inumações. Afinal, era ela a responsável pela administração do campo santo.

Com o passar dos anos, o aumento no número de vivos também resultou no acréscimo de mortos na freguesia. Mesmo que eles tivessem como destino o Cemitério da Santa Cruz, algumas vezes determinados corpos eram inumados em cemitérios presentes nas terras de pessoas influentes. Os mortos poderiam ser

pessoas da família ou escravos muito próximos e que recebiam de seus donos essa demonstração de bondade (ROCHA, 2005). Outra possibilidade de sepultamento longe da freguesia ocorria em localidades afastadas e, por vezes, de difícil acesso.

Em 26 de novembro de 1820 foi instituída a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, composta por negros livres, com o propósito de prestar auxílio aos escravizados nos momentos de morte.

Na época, o único cemitério com autorização oficial para operar era o da Igreja Matriz. Por essa razão, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e do Rosário passaram a compartilhar o espaço destinado aos sepultamentos. No entanto, essa divisão dos recursos funerários, regidos pelo prestígio dos fregueses, trouxe prejuízos financeiros à Irmandade do Santíssimo, pois ela deixou de receber as doações e os lucros oriundos dos cultos realizados pelos membros da Irmandade do Rosário. Apesar dessas mudanças, o cemitério permaneceu sob a administração do Santíssimo, obrigando a associação religiosa dos negros a requerer permissão para enterrar seus irmãos naquele local.

Três anos após o estabelecimento do Cemitério da Igreja Matriz, uma nova capela foi construída, acompanhada por um outro campo santo. A Capela de Nossa Senhora da Luz iniciou suas atividades em 1815, juntamente com o cemitério situado atrás dela. Como não havia nenhuma irmandade associada a este novo templo religioso, sua gestão, assim como a do cemitério, ficou sob a responsabilidade da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Esse acréscimo representou uma nova fonte de renda para a instituição, que passou a lucrar com os sepultamentos realizados no novo campo santo. Contudo, mesmo com dois locais destinados aos enterramentos, esses espaços tornaram-se insuficientes ao longo dos anos, demandando a construção de outro cemitério.

A expansão mencionada concretizou-se em 1825, com a inauguração do Cemitério da Rua do Passeio, o que resultou na desativação do cemitério vinculado à Igreja Matriz. Este último estava localizado em uma área delimitada pelas ruas da Vigia (atual Argolo), Augusta (General Osório) e Flores (Andrade Neves), nos fundos da Catedral. Ocupando um quarteirão inteiro, a nova configuração facilitava à Irmandade do Santíssimo Sacramento a segregação de seus membros daqueles afiliados a outras irmandades. Além disso, a ampliação dos espaços disponíveis para sepultamento não apenas atendia às demandas crescentes, mas também promovia maior lucratividade para a organização.

Após a instalação do Cemitério da Rua do Passeio, emergiram duas novas irmandades compostas por afrodescendentes: Nossa Senhora de Assumpção e da Boa Morte, estabelecidas em 1829, e Nossa Senhora da Virgem do Rosário, fundada em 1831. A coexistência de dois cemitérios em operação associada à presença de quatro irmandades na Freguesia de São Francisco de Paula minimizava disputas relacionadas à destinação dos esquifes. Contudo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento enfrentava perdas nas doações potenciais que eram destinadas às demais associações religiosas. Apesar disso, ela mantinha o controle monopolista sobre os cemitérios locais, assegurando que nenhum sepultamento ocorresse nos campos santos da Capela da Luz ou da Rua do Passeio sem sua autorização e compensação financeira.

Esse panorama permaneceu inalterado durante o período da freguesia até sofrer modificações definitivas em 1855, duas décadas após a elevação da então Vila de Pelotas à condição de cidade. O início das mudanças ocorreu em 1846, quando foi fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na cidade. À semelhança das outras irmandades, (AHRS – Leis Provinciais no 197 e no 199 de 1850). A partir dessa decisão, a irmandade de Pelotas inicia a busca de um novo local para a necrópole pelotense. Fazendo isso, ela passaria a ter os mesmos essa nova congregação tinha como missão primordial auxiliar seus membros em momentos de adversidade, tanto na vida quanto na morte. Inicialmente, a Irmandade da Santa Casa permaneceu subordinada à Irmandade do Santíssimo Sacramento, que ainda detinha o monopólio sobre as necrópoles existentes. No entanto, os cemitérios em funcionamento já apresentavam sinais de esgotamento de capacidade, demandando a criação de um espaço mais amplo para sepultamentos futuros.

Em resposta à crescente demanda por espaços funerários na cidade, a Câmara de Vereadores deu início, no ano de 1849, ao processo de busca por um terreno apropriado para a implantação de uma necrópole de maiores dimensões (CMP – Ata de 12 de janeiro de 1849). Entretanto, foi apenas em 1850 que uma deliberação da Presidência da Província redefiniu o papel das irmandades religiosas no contexto funerário local. Tal decisão delegou às Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, situadas em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, a responsabilidade pela construção e pela administração dos novos cemitérios (AHRS – Leis Provinciais números 197 e 199, de 1850). Com base nesta normativa, a Irmandade de Pelotas iniciou esforços para localizar uma área que atendesse às necessidades emergentes

da comunidade local, garantindo um espaço funerário mais adequado à demanda crescente. Este processo buscava também equiparar sua posição às das outras irmandades referenciadas e recuperar os lucros que a Irmandade do Santíssimo Sacramento vinha acumulando ao longo dos anos. As primeiras escolhas recaíram sobre terrenos pertencentes aos membros da própria associação religiosa, com a primeira tentativa centrada na propriedade de D. Ana Barcellos.

Enquanto a construção da necrópole pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia não se concretizava, os rendimentos provenientes dos enterramentos continuavam sendo monopolizados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Após extensas negociações e diante da necessidade de assegurar um empreendimento que atendesse às expectativas materiais e simbólicas da Santa Casa, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia foi finalmente estabelecido em Pelotas, no ano de 1855. A inauguração ocorreu no contexto do surto de cólera que assolou a cidade, o que resultou na proibição dos enterramentos dentro dos limites urbanos. O novo espaço funerário foi erguido na região onde hoje se encontra o Bairro Fragata, tornando as irmandades existentes subordinadas à Irmandade da Santa Casa.

Além das irmandades que já operavam no período da freguesia, como as de Nossa Senhora da Luz e de Santa Bárbara, estas também passaram a depender da concessão de terrenos para sepultar seus membros na recém-criada necrópole. Dessa maneira, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia consolidou o monopólio sobre as inumações em Pelotas na segunda metade do século XIX, valendo-se do respaldo legal para impedir a construção de outros cemitérios na cidade. Assim, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Santa Casa de Misericórdia exerceram controle decisivo sobre as práticas funerárias e a administração das necrópoles na Pelotas oitocentista.

Conseqüentemente, a trajetória histórica vinculada às práticas mortuárias na cidade esteve subordinada às ações dessas irmandades em períodos distintos: à Irmandade do Santíssimo Sacramento durante a primeira metade do século XIX e à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia nos anos subsequentes. Em ambas as fases, quaisquer irmandades que almejassem realizar sepultamentos em áreas não administradas pelas ordens religiosas dominantes necessitavam obter autorização prévia para tal prática. para isso. Assim, os mortos só teriam como destino os cemitérios que geravam lucros às irmandades do Santíssimo Sacramento e da Santa Casa de Misericórdia.

Pelos dados levantados, a cidade de Pelotas possuiu pelo menos 8 Cemitérios, que são mencionados pelo historiador Alberto Coelho da Cunha: Cemitério da Santa Cruz, Cemitério da Igreja Matriz, Cemitério da Igreja da Luz, Cemitério da Rua do Passeio (Av. Bento Gonçalves entre Gal. Argolo, Gal Osório e Andrade Neves), Cemitério da Boa Vista, Cemitério dos Protestantes, Cemitério São Lucas, e por fim o Cemitério da Santa Casa.

O ano de 1855 foi determinante para o fechamento dos Cemitérios da zona central, inclusive o do Cemitério da Igreja da Luz , no dia 10 de abril de 1855.

A área que corresponde ao Quadro Antigo do Cemitério, como o próprio nome evidencia, é o espaço em que surge o Cemitério, onde foram erguidas as primeiras catacumbas na segunda metade do século XIX. A epidemia de cólera exigiu o afastamento do morto da cidade dos vivos, requerendo uma área com extensão suficiente para abrigar os corpos, que aumentavam consideravelmente, lotando o Cemitério do Passeio.

Questões de planejamento urbano e higiene, exigiam um local distante, para evitar o mau cheiro dos cadáveres e a própria contaminação proveniente dos mesmos. Desta forma foi decidido que mesmo os corpos já inumados no Cemitério do Passeio seriam trasladados para o Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Notoriamente, os enterros no chão indicam a necessidade de terreno para inumações de pessoas simples, o que contribuiu para demarcação de territórios dentro do Cemitério, valorizando o terreno dos mausoléus. Os preços altos excluía a compra dos terrenos do Quadro Antigo para os mais simples, justificando a imposição de classes.

As diferenças dos locais de sepultamento, evidenciam desigualdades sociais em vários níveis: em relação ao sexo, idade, condição social, cor, e obviamente, famílias. A morte do homem livre era diferente da morte do escravo, em termos de intensidade e qualidade.

4 - CEMITÉRIOS DE PELOTAS

- 1) As Atas da Câmara de Vereadores que tiveram início em 1832 e parcialmente já publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas
- 2) O manuscrito “Revalidação da matrícula dos irmãos até 1853 da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula”, escrito por José Vieira Pimenta, em 1856 e transcrito no artigo “Fundação de Pelotas.
- 3) Os apontamentos deixados por Alberto Coelho da Cunha e que fazem parte de documentos que pertencem ao Fundo Alberto Coelho da Cunha, no Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense.

1) Campos próximos (aprox. 1780 – 1812)

Antes da implantação de pequenos núcleos populacionais pelo saco do Laranjal, curso do Arroio Pelotas, margens do Canal São Gonçalo e costas dos Arroios Santa Bárbara e Fragata, as pessoas eram enterradas em pleno campo, distante das habitações, ou levadas para serem sepultadas na Vila de Rio Grande. Com a criação da Freguesia de São Francisco de Paula, as inumações começaram a serem feitas no local.

Neste período, 8 corpos foram sepultados neste local, sendo ali sepultado o dono do primeiro registro de óbito realizado na nova Freguesia. Atualmente existe um Cemitério na localidade da Boa Vista.

2) Campos próximos (aprox. 1780 – 1812)

as imediações da Sanga Funda ou Areal, mas tudo indica não ser o mesmo lugar. Seria este o lugar onde morava o Padre Felício (na atual Rua Gonçalves Chaves – antiga Rua Alegre)? Teriam sepultado ali os primeiros mortos da Freguesia até que a Igreja fosse construída e pudesse receber os mortos como era costume ainda naquela época?

3) Cemitério do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos (1813)

No ano de 1813, são registrados 4 sepultamentos no cemitério existente na Fazenda do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. Possivelmente o cemitério seja anterior a criação da Freguesia, embora não parece ter havido outros registros neste lugar.

4) Cemitério da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão (1813-1855...)

Às vezes consta como sepultado no Cemitério da Capela, às vezes aparece apenas como sepultado na Capela, porém o certo é que 18 sepultamentos foram registrados neste período. O cemitério seguiu a existir, passando a ser sede de Freguesia tendo livros próprios para os registros.

5) Cemitério de Antônio Pereira da Cruz (1832)

Neste ano surge um registro de óbito realizado no Cemitério de Antônio Pereira da Cruz, sendo um Oratório filial da Matriz de São Francisco de Paula.

6) Cemitério de Pelotas (1813-1855...)

Desde 1813 aparecem registros de sepultamentos realizados em “Pelotas”, aqui considerado com um dos núcleos onde a população foi se fixar. Às vezes aparece como Cemitério de Pelotas, filial da Matriz de São Francisco de Paula; às vezes aparece como Oratório da Fazenda de Pelotas, ou de Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas, ou como Oratório da Fazenda de dona Isabel de Pelotas. Todos parecem indicar o mesmo lugar, a Fazenda de Isabel da Silveira, no atual Laranjal. Somam-se 42 sepultamentos.

7) Cemitério da Igreja de Nossa Senhora da Consolação do Boquête (1824-1833)

Inicialmente dependente da Matriz de São Francisco de Paula, essa Igreja tornou-se sede de Freguesia com uso de livros próprios para registros eclesiais. Ainda assim, 8 sepultamentos foram registrados como ocorridos no Cemitério da Igreja de Nossa Senhora da Consolação do Boquête ou às vezes citada como simplesmente Capela do Boquête, que atualmente refere-se ao atual municípios de Capão do Leão e Morro Redondo.

8) Cemitério da Igreja de Nossa Senhora da Luz (1824-1855)

Em 1821, José Bernardino Vitória dos Santos pediu ao Vigário Geral Interino do Rio Grande do Sul, licença para construir uma ermida de Nossa Senhora da Luz, assim como um campo murado nos fundos da Igreja para servir de jazigo aos mortos. Em 30/05/1823, foi concedida a licença e já se achava adiantada a construção da

capela. O cemitério foi benzido em 26/10/1823, pelo Frei Bernardino do Espírito Santo Ferreira. Em 30/08/1824, foi consagrada a capela-mor. E a partir de 1824 aparecem registros de óbitos, cujos sepultamentos foram realizados na Capela, Oratório ou Ermida de Nossa Senhora da Luz, às vezes como catacumbas, às vezes como cemitério, às vezes ainda aparecem como catacumbas do cemitério. Parecem indicar o mesmo lugar, mesmo que os sepultamentos tenham ocorrido dentro ou fora da capela, em cemitério ou em catacumbas. Iniciado um cemitério, parece que nunca se desenvolveu o suficiente. Fernando Osório, no A Cidade de Pelotas informa ter ali existido um cemitério subterrâneo, que ao lado esquerdo do primeiro templo, havia tampas de ferro com fortes gonzos e fechos, que deve ter sido obstruído pela construção de igreja maior, hoje também substituída por templo mais novo. Em 17/01/1852, os moradores Bernardo Marques de Souza Prates, Ana Marques da Souza Prates, Antônio Marques de Oliveira, José Rodrigues Candiota e Manoel Gonçalves dos Santos, todos da Irmandade de Nossa Senhora da Luz, pediram concessão da Câmara para edificarem em terrenos daquela Capela um jazigo subterrâneo para si e suas famílias, para o que obtiveram a necessária licença da mesma Irmandade, e cuja obra tendo sido principiada, lhes foi pelo fiscal da Câmara embargado e depois permitido uso até que se estabeleça o cemitério da Santa Casa, ficando desde logo inutilizado o jazigo para o que os suplicantes assinaram termo nesta Câmara. Em 10/04/1855, o vereador Vicente José da Maia, requereu o fechamento do Cemitério da Luz, por ser impróprio o local. Foram contados 54 sepultamentos, sendo talvez 5 destes ocorridos dentro do templo.

9) Cemitério Santa Cruz (1812-1819)

Em terreno baldio na Rua Almirante Barroso (antiga Rua das Fontes) esquina Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio Público) foi instalado o cemitério para a Freguesia recém instalada. Estava a cargo da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula e funcionou por 7 anos, 2 meses e 11 dias. Em 31/12/1819 a Irmandade mandou fechar o cemitério sendo aberto outro atrás da Matriz. Em 20/11/1846, uma procissão saindo da Matriz trouxe a Santa Cruz das Missões que foi cravada no centro do espaço onde havia o cemitério, por isso ao se referirem ao antigo cemitério passou-se a chamar de: o da Santa Cruz. Entre 1812 e 1819 são identificados 103 sepultamentos indicados como sendo na Matriz ou no Cemitério da Matriz que entende-se como sendo neste cemitério.

A partir de 01/01/1820, os sepultamentos passaram a ocorrer nos fundos da Matriz São Francisco de Paula, no lado que dá para a Rua Quinze de Novembro (antiga Rua São Miguel). A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeira mandara murar o terreno dos fundos da Matriz e constriur linhas de catacumbas. A ideia era trazer o cemitério mais para perto da Matriz, assim como acabar com os sepultamentos dentro do templo. Desde 15/02/1814 foram realizados enterramentos dentro do corpo da Igreja, entre eles o do Padre Felício em 1818. Entre os benfeitores deste cemitério estavam Antônio Francisco dos Anjos, Joaquim Francisco Ilha e sua esposa Eusébia Maria de Assunção que fizeram doações entre 1819 e 1820. Depois desta data os sepultamentos dentro da Igreja cessaram, ainda com poucas exceções até 1827. Este cemitério durou apenas 5 anos, 2 meses e 13 dias quando foi fechado em 13/03/1825 e depois demolido. O material foi reutilizado para a construção da capela-mor. A Irmandade do Santíssimo e Padroeiro mandou abrir cemitério maior na rua do passeio. Entre 1820 e 1824 são registrados 132 sepultamentos, sendo 30 como catacumbas da Matriz, 69 como cemitério da Matriz e 33 simplesmente como na Matriz. Boa parte dos sepultados dentro ou fora da matriz deve estar neste número.

11) Cemitério dos Livres (1823)

Nos registros eclesiásticos de óbitos, constam sepultamentos em lugares ainda não identificados, um destes lugares é o Cemitério dos Livres, onde foram sepultados 9 corpos em 1823. Este local não é mais citado nos registros.

12) Cemitério de Pelotas ou do Passeio (1825 – 1855)

A Irmandade precisava abrir um cemitério maior e em 13/03/1825 uma reunião da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro diz ter murado novo terreno e construído catacumbas para que o cemitério fosse transferido. O terreno ficava na Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio Público) com fundos para a Rua General Argolo (antiga Rua da Vigia), limitando-se a oeste com a Rua General Osório (antiga Rua Augusta) e a leste com a Rua Andrade Neves (antiga Rua das Flores). O cemitério ficava mais sobre a Rua Augusta devido às proximidades de um charco que abria saga sobre a Rua da Vigia, hoje a sanga está canalizada. Em 1844, e depois em 1852 e 1855, houve reformas como a instalação e posterior ampliação de capelinha e a construção de novas catacumbas. Em 1848 foi recolhida a esta

capelinha, uma imagem de São Miguel que de 1819 até aquela data estava na Igreja Matriz. Em virtude do terror da chegada da cólera morbos, em 30/07/1855, os mesários da Irmandade do Santíssimo Sacramento mandaram construir às pressas mais catacumbas, ampliar a capela para acolher 50 pessoas e construir casas para depósito das urnas, mais para o lado da rua do passeio. O primeiro colérico foi sepultado em 09/11/1855, seguido de outros 30 até o dia 27, quando a polícia proibiu novos sepultamentos naquele lugar, pois já estava pronto o cemitério da Santa Casa, na Estrada do Fragata. Em 1870 este cemitério foi demolido e os despojos levados para o novo cemitério. Entre 1825 e 1855, ocorreram 3274 sepultamentos que podem ter ocorrido neste cemitério: 1077 aparecem como ocorrido no cemitério desta cidade, 360 nas catacumbas do cemitério desta cidade, 30 nas catacumbas do cemitério público desta cidade, 401 no cemitério público desta cidade e 8 nas catacumbas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro. Ainda constam 57 como nas catacumbas da Matriz, 33 nas catacumbas do cemitério da Matriz, 1307 como sendo apenas no cemitério da Matriz e 1 que parece ter sido dentro da Matriz. As nomenclaturas dos cemitérios não são esclarecedoras sobre o local exato em que se ocorreram. Dizer que foi na Matriz talvez queira dizer apenas que ocorreram geograficamente dentro da Freguesia da Matriz.

13) Cemitério dos Alemães (1855)

Por volta de 1851 e 1852 estava acantonado em Pelotas, um batalhão de artilharia de mercenários alemães. Ainda por volta de 1855, um dos soldados faleceu e o Vigário não encomendou o corpo, nem permitiu seu sepultamento no cemitério católico. O defunto foi enterrado próximo do cemitério, num campo varzeado, ao norte da cidade, a oeste da Praça Dom Antônio Záttera (antiga Praça Júlio de Castilhos), possivelmente na Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio Público), na quadra entre as ruas Andrade Neves e Quinze de Novembro (antigas Ruas das Flores e de São Miguel). Após sepultarem o alemão, os outros soldados se revoltaram e agrediram alguns brasileiros e escravos. Domingos Francisco dos Anjos e sua milícia, vindos do Retiro, sufocaram a revolta. Aquele campo parece ter recebido outros sepultamentos de protestantes e passou a ser conhecido por cemitério dos alemães. Parece ter sido defronte a este cemitério que foi montada a forca, na quadra da Quinze de Novembro (antiga Rua São Miguel), a uma quadra da Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio).

14) Cemitério da Boa Vista (1855 - ainda em funcionamento)

Embora parece ter existido um Cemitério Boa Vista em 1812, não tenha relação aparente com este que ainda segue em funcionamento nos dias de hoje. Foi devido à Cólera morbos que em 23/11/1855, João Querino Vinhas doou um terreno na Freguesia da Boa Vista, em região hoje próxima ao bairro Areal. Neste terreno deveriam ser construídas uma igreja e um cemitério para a população próxima. Foi iniciado às pressas devido a Cólera, por ordem da Comissão de Higiene da Costa, conforme atas da Câmara de Vereadores. Os moradores ficaram aterrorizados pela vizinhança mórbida e a Câmara se viu obrigada a transferir o Cemitério ainda em 1856 para o espaço conhecido por Logradouro Público, no lugar onde continua até o presente.

15) Cemitério da Santa Casa de Misericórdia (1855- ainda em funcionamento)

Em 23/11/1855 foi inaugurado o Cemitério da Irmandade, também conhecido como Cemitério da Misericórdia, ou Cemitério da Santa Casa. A polícia deu ordens em 04/06/1856 de que todos os sepultamentos passassem a ser feitos somente neste cemitério. As demais irmandades deviam pagar aluguel pelo uso de catacumbas de seus sócios. Em 1880 uma capela foi mandada construir por Zeferina Gonçalves da Cunha e foi dedicada ao Senhor do Bomfim. A capela está entre as catacumbas da Irmandade do Santíssimo e Padroeiro e as catacumbas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. No século XX, o cemitério passou a ser conhecido como Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula. No ano de 1855 existem 48 sepultamentos que parecem ser os primeiros neste novo cemitério: sendo 4 nas catacumbas do Cemitério da Misericórdia e 44 como sendo apenas no Cemitério da Misericórdia. O primeiro sepultamento registrado foi o do francês João Larré em 24/11/1855.

Localização do antigo Cemitério da Igreja Matriz



Localização do antigo cemitério da Capela de Nossa Senhora da Luz –



Jornais

A busca de informações históricas, na biblioteca pública de Pelotas, consistiu em pesquisa aos antigos jornais.

Em pesquisa no período compreendido de março de 1835 a 1855, do Jornal “O PELOTENSE”, a procura dos comunicados de falecimentos e “causa mortis”, fica evidente:

- A total falta de reverência da morte de pessoas negras ou pobres;
- Total ênfase para a morte de pessoas ligadas a elite da época e de militares;
- A “coisificação” a qual o negro escravo era submetido, nos classificados;
- O uso de verbetes depreciativos a cor da pele;
- Pedidos de licença e passaporte, para viagem de escravos negros;
- Oferta de recompensa para a captura de escravos fugitivos das fazendas e comércios.

Em pesquisa ao mesmo jornal no período de 1901 a 1905 evidencia-se:

- A total falta de reverência da morte de pessoas negras ou pobres;
- Total ênfase para a morte de pessoas ligadas a elite da época e de militares;

Em nova pesquisa no período compreendido de 1900 a 1910, no jornal “DIÁRIO POPULAR, percebe-se que:

- Surge a seção de necrologia, na primeira coluna a esquerda da segunda página;
- Continua a ênfase quando a morte de “pessoas ilustres”;
- Passa a constar na coluna de necrologia, apenas o nome do cidadão e causa morte;
- Nas notas de falecimento dos “ilustres”, não aparece a causa da morte;
- O uso de expressões para substituir a palavra morte, como: “Sucumbiu”, “Deixou de existir”, “Trespasseou”, “Passamento”.

5 - OS ATUAIS CEMITÉRIO

Pelotas possui três cemitérios: São Francisco de Paula, o da Boa Vista e o mais recente, que em razão de sua modernidade o Memorial Pelotas Parque ficou de fora de nossa pesquisa.

5.1 - São Francisco de Paula

A versatilidade dos cemitérios como fontes de informações e a identidade cultural que preservam, convidam a pensar sobre seu valor patrimonial.

Caminhando pelo Quadro Antigo nos deparamos com estátuas, vasos, bustos, fotos, cruzeiros, santos. A imponência dos túmulos, assim como das construções no centro da cidade (hoje tombado e considerado Patrimônio Cultural), faz-nos perceber que os cidadãos tinham ali, um novo espaço para construção de sua identidade.

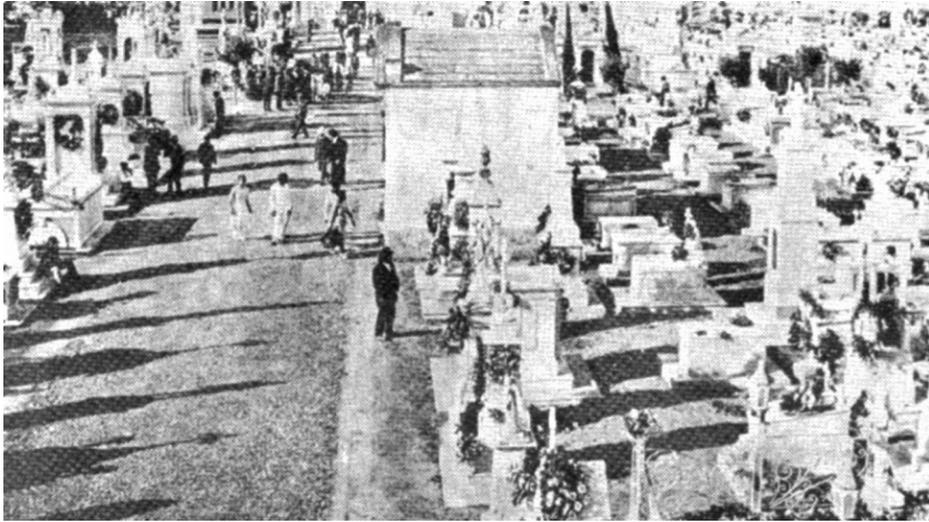
Toda vez que os recursos permitiram às famílias exaltaram as características de seus entes.

Nas sepulturas é possível observar, pelos adornos, que eram para o sepultamento das pessoas da burguesia, ou de irmandades, pois algumas lápides apresentam brasões (de Barões, Coronéis e suas famílias) ou elementos representativos das profissões (médicos, advogados, engenheiros, entre outros).

Na área do Quadro Antigo representa o espaço mais importante do Cemitério e recupera-se parte da história de Pelotas. Um passeio pelo Quadro Antigo podemos nos deparar com o túmulo de “ilustres moradores” como Barão de Arroio Grande em uma parede, Visconde da Graça em jazigo, Barão de Santa Tecla em uma Capela, Coronel Pedro Osório em um mausoléu próximo à capela, o escultor Antonio Caringi em um mausoléu com estátua de bronze confeccionada pelo próprio antes da morte, Salis Goulart em uma carneira de chão, um busto homenageando Frederico Bastos, Edmundo Berchon em um mausoléu, Mozart Russomano em um mausoléu, entre tantos outros. Tais túmulos costumam ser visitados pelas famílias e também por estudantes e curiosos em busca de informações.

Na lateral direita da Capela do Senhor do Bonfim estão localizados as sepulturas pertencentes às Irmandades: a de Nossa Senhora do Rosário, que após sua dissolução ficou para a Santa Casa, e a Irmandade de São Miguel e Almas. As demais extensões de catacumbas são particulares, ou pertencentes à Santa Casa. A

ornamentação das sepulturas e a existência de um terreno mais ao fundo para o enterramento dos menos favorecidos em sepulturas de chão, nos permite perceber a carga elitista do local.



5.2 - Cemitério Da Boa Vista

Aqui não há figuras "ilustres" ou brasões de família. Não se encontram anjos esculpidos em mármore nem retratados em pintura. São cidadãos comuns, lembrados por suas famílias. Sem dúvida, foram parte essencial na construção da história e das riquezas daqueles que hoje descansam no chamado "cemitério do Fragata".

Esse cemitério, administrado pela prefeitura de Pelotas, não exhibe linhas arquitetônicas ousadas nem guarda patrimônios artísticos grandiosos. Sua construção não segue padrões clássicos nem carrega símbolos de ostentação. Contudo, ainda assim, é um local rico em cultura, tanto material quanto imaterial.







6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros relativos aos sepultamentos de escravizados durante o período de prosperidade das grandes charqueadas, na cidade de Pelotas, são escassos ou inexistentes. Essa ausência documental reforça ainda mais a relevância da história oral, que deve ser valorizada como uma forma fundamental de preservação da memória. É crucial oferecer espaço e atenção àqueles cujas trajetórias não estão presentes nos livros ou nos registros oficiais, mas que permanecem profundamente enraizados no tecido histórico e cultural da cidade. Deste modo, constrói-se um sistema coletivo de memórias em que cada indivíduo possui uma narrativa única e significativa.

Cada tijolo e cada detalhe arquitetônico desse vasto patrimônio cultural, que forma a identidade histórica de Pelotas, carrega o sangue e o trabalho dos escravizados. Reduzir a compreensão dessa história à dimensão das charqueadas e às figuras históricas associadas a elas perpetua uma visão limitada e preconceituosa, além de comprometê-la do ponto de vista crítico. Essa postura, além de anacrônica, ignora as bases estruturais da sociedade que se formaram através da contribuição essencial da população negra, cuja memória histórica foi sistematicamente obliterada mesmo após a abolição.

Embora seja inadequado julgar os acontecimentos históricos com os valores contemporâneos, é indispensável problematizar essas narrativas. Tal esforço é essencial para fornecer subsídios críticos que influenciem tanto a produção acadêmica quanto a prática educativa em escolas e universidades. Por meio dessas reflexões, é possível avançar na reconstrução da memória e no reconhecimento das vozes silenciadas na historiografia dominante

Pelotas passou a ser vista no final do século XIX, depois de ter sido conhecida, conforme registros históricos brasileiros, como “a cidade presidiária, mais bem administrada”, como a “Princesa do Sul”, cidade caracterizada por uma vida cultural sofisticada, gerada pela intensa relação com a Europa, através das viagens dos filhos das classes abastadas, que, indo estudar neste continente, voltavam com as novas tendências da moda, seja do vestuário, da literatura, das artes cênicas, e mesmo da política. O conceito de cultura usado por alguns destes senhores reflete bem suas visões sobre a história; a cultura é vista como um referencial a uma civilização

hierarquizada, onde os outros, “sem cultura”, desempenham o papel de bárbaros, não evoluídos em comparação ao refinamento da sociedade pelotense.

Os cemitérios ganharam novos contornos em uma nova perspectiva, na história social. A partir da análise em um cemitério, de sua história e de sua arquitetura, é possível identificar o tecido social e as estruturas sociais de uma cidade. Isto é, observando as construções e na qualidade e nos estilos dos túmulos, é possível identificar-se o nível econômico da população.

Esse trabalho antropológico-arqueológico não faz nenhum salvamento de patrimônio material, e nem está preocupado com tombamentos históricos, mas sim, de contar a história e falar sobre a cultura de um povo. De pessoas excluídas e simples, que podem até ser lembradas em dia de finados, mas que fazem a história real da construção de toda a opulência de uma cidade e de seu povo.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOMO, Harry (org). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CUNHA, Alberto Coelho da. **As antigualhas de Pelotas**. Jornal “A Opinião Pública”, 1928.

FUNDAÇÃO - Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS. Porto Alegre: FEE. 1986.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPEl: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

LUCAS, Agnaldo Leon - **“Os Cemitérios No Bairro Fragata: Uma Relação Entre O Antigo E O Contemporâneo”** - Monografia apresentada junto ao curso de Pós Graduação em Artes – 2006

LONER, Beatriz Ana; GILL, LORENA Almeida; SCHEER, Micaele Irene. **Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos , Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.133-152

PESSI, Bruno Stelmach - **O fim do tráfico e a organização do trabalho nas charqueadas pelotenses** – Revista do corpo discente da pós-graduação em História – UFRGS - 2006

VARGAS, Jonas Moreira - **O Processo De Fabricação Do Charque E Um Perfil Dos Trabalhadores Escravos Nas Charqueadas De Pelotas, Rio Grande Do Sul (1830-1885)** - *Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1983. ... Dissertação de Mestrado em História*

ROSA, Estefânia - **PAISAGENS NEGRAS: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)** – 2012 – Ufpel - Dissertação apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da
Universidade Federal de Pelotas

SAINT-HILAIRE, Auguste -**Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)** - Tradução de
Leonam de Azeredo Pena. 2ª edição, São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1939.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS – Acervo historio – Revistas, jornais e coleções,
Centro de Documentação e Obras Valiosas (1832- 1906)

SITE **POVOADORESDEPELOTAS.BLOG** – Cemitérios de Pelotas